

## 1. DESIGNAÇÃO DA ACÇÃO DE FORMAÇÃO

### **Perspetivas actuais na avaliação das aprendizagens**

## 3. RAZÕES JUSTIFICATIVAS DA ACÇÃO E SUA INSERÇÃO NO PLANO DE ACTIVIDADES DA ENTIDADE PROPONENTE

A problemática da avaliação das aprendizagens coloca-se, como afirmam Alaiz, Gonçalves & Barbosa (1997, p. 14), “em articulação com dois problemas centrais do sistema de ensino: a qualidade da educação e o insucesso escolar”. Nesta perspetiva, a avaliação assume uma dupla função, como elemento integrante e regulador da prática pedagógica, contribuindo para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e como elemento de certificação das aprendizagens realizadas e das competências desenvolvidas, contribuindo para a confiança social no funcionamento do sistema educativo (Cid e Fialho, 2011).

A exigência da certificação e o carácter administrativo que a avaliação tem assumido criaram uma representação social de tal forma enraizada na tradição escolar que a implementação de novas formas de avaliação esbarra sistematicamente com práticas tradicionais centradas na avaliação de conhecimentos de carácter sumativo. A avaliação formativa, por sua vez, e apesar de consagrada nos documentos legais orientadores para o Ensino Básico e Secundário desde os anos noventa do século passado, não tem conseguido implantar-se de forma sustentada e fundamentada no sistema educativo português. É por isso fundamental que esta seja entendida como estando ao serviço das aprendizagens e, como tal, valorizada pelos órgãos de gestão pedagógica das escolas e integrada nos projetos curriculares de escola e de turma (Cid e Fialho, 2011). Neste sentido, importa clarificar que se entende “o currículo e a avaliação como componentes integradas de um mesmo sistema e não como sistemas separados” e que “a avaliação envolve interpretação, reflexão, informação e decisão sobre os processos de ensino e aprendizagem, tendo como principal função ajudar a promover ou melhorar a formação dos alunos” (Abrantes, 2001, p. 46-47).

A avaliação é uma tarefa complexa que exige a definição de critérios claros e transparentes, refletidos e discutidos pelas equipas docentes, para que todos os intervenientes entendam a avaliação como um ato credível e de responsabilidade e utilidade educativa e social. A reconceptualização do currículo e da avaliação constitui um desafio que as escolas têm enfrentado com resistência e dificuldade, pois implica uma revisão das práticas pedagógicas e do próprio funcionamento da organização. Diversos estudos (Martins et al., 2002; Alves, 2004; Santos, 2008) mostram a dificuldade dos docentes na adaptação das suas práticas às orientações curriculares, na definição e aferição de critérios de avaliação e na construção de instrumentos adequados à

avaliação, sobretudo de valores e atitudes.

O currículo centrado em competências exige uma reconceptualização da prática lectiva, assim “quando se analisa e discute a mudança de práticas ou as atividades a desenvolver nos domínios da aprendizagem, da avaliação e do ensino, é necessário ter em conta e compreender profundamente os elementos mediadores que interferem de forma muito relevante nessa mudança tais como: a) os conhecimentos, concepções e práticas dos professores e dos alunos; b) as dinâmicas, os contextos e os ambientes que se constroem nas escolas e nas salas de aula; c) a natureza e a diversidade de tarefas que se apresentam aos alunos; e d) os papéis que professores e alunos devem assumir no processo pedagógico” (Fernandes, 2011, p.96).

Com a presente acção de formação pretende-se desenvolver novos olhares sobre a avaliação e práticas que põem a tónica no seu potencial para gerar aprendizagem. Estes olhares exigem procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação diversificados, abrangentes, consistentes e fundamentados, que tenham em conta o domínio cognitivo, os comportamentos, as capacidades e as atitudes.

### 3. DESTINATÁRIOS DA ACÇÃO

Professores do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos) e do ensino secundário

Os dados recolhidos são processados automaticamente, destinando-se à gestão automática de certificados e envio de correspondência. O preenchimento dos campos é obrigatório pelo que a falta ou inexactidão das respostas implica o arquivamento do processo. Os interessados poderão aceder à informação que lhes diga respeito, presencialmente ou por solicitação escrita ao CCPFC, nos termos dos artigos 27º e 28º da Lei nº 10/91 de 19 de Fevereiro. Entidade responsável pela gestão da informação: CCPFC – Rua Nossa Senhora do Leite, nº 7 – 3º - 4701-902 Braga.

### 4. OBJECTIVOS A ATINGIR

- Analisar concepções de avaliação estabelecendo relações com o ensino e a aprendizagem
- Realizar uma leitura cinética e dinâmica dos principais normativos legais sobre a avaliação das aprendizagens
- Compreender as diferenças entre avaliação formativa da sumativa e a complementaridade entre ambas
- Seleccionar métodos de recolha de informação adequados aos objectivos pretendidos
- Conceber e analisar instrumentos e tarefas de avaliação
- Desenvolver procedimentos de monitorização sistemática da avaliação das aprendizagens
- Prever formas de garantir a equidade na avaliação das aprendizagens

Os objectivos definidos têm como finalidade desenvolver nos formandos conhecimentos e capacidades que permitam planificar tarefas de aprendizagem integrando a avaliação formativa e sumativa, com recurso a diferentes instrumentos e técnicas de avaliação adequados aos objectivos de aprendizagem pretendidos.

**5. CONTEÚDOS DA ACÇÃO** (Descriminando, na medida do possível, o número de horas de formação relativo a cada componente)

**1. Fundamentos e perspectivas teóricas sobre a avaliação das aprendizagens** 5 horas

- 1.1. Conceções de avaliação
- 1.2. A avaliação das aprendizagens nos normativos legais
- 1.3. Relações entre ensino, aprendizagem e avaliação

**2. Avaliação Sumativa e Avaliação Formativa** 5 horas

- 2.1. Avaliação Sumativa (AS): natureza, funções, princípios e características
- 2.2. Avaliação Formativa (AF): natureza, funções, princípios, características e pressupostos
- 2.3. Relações entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa: dicotomia e complementaridade

**3. Instrumentos e procedimentos de avaliação** 12,5 horas

- 3.1. Métodos de recolha de evidências de aprendizagem: utilização, vantagens e desvantagens
- 3.2. Operacionalização de critérios de avaliação
- 3.3. Funções dos instrumentos e tarefas de avaliação
- 3.4. Construção e análise de instrumentos de avaliação e critérios de correção
- 3.5. Construção e análise de instrumentos de observação
- 3.6. Monitorização da avaliação das aprendizagens

**4. Questões éticas da avaliação de aprendizagens** 2,5 horas

- 4.1. Equidade na avaliação

Sessões teórico-práticas: 20 horas

Sessões práticas: 5 horas

**6. METODOLOGIAS DE REALIZAÇÃO DA ACÇÃO** (Discriminar, na medida do possível, a tipologia das aulas a ministrar: teóricas, teórico/práticas, práticas, de seminário)

As actividades propostas desenvolver-se-ão em sintonia com os objectivos e com os conteúdos enunciados, tendo em conta os interesses, as motivações e as necessidades dos formandos.

A reflexão e a discussão são as estratégias privilegiadas. Os formandos participam activamente de diversas formas, como por exemplo, a partilha de experiências vividas no seu quotidiano de trabalho, o debate de ideias e análise de textos, fomentando-se o confronto de perspectivas pessoais com perspectivas teóricas tendo em vista um intercâmbio rico de vivências e de

experiências, promotor de aprendizagens significativas. Esta metodologia assenta em dois aspectos fundamentais: trabalho colaborativo e trabalho individual. O trabalho colaborativo, numa perspectiva sócioconstrutivista deve conduzir à obtenção de resultados/produtos que possam ser aplicáveis em contexto de supervisão.

As sessões práticas decorrerão em contexto de sala de aula dos formandos e servirão para aplicação de uma tarefa de ensino-aprendizagem-avaliação nas sessões teórico-práticas. A apresentação, validação e apreciação destas tarefas será feita em debate com a colaboração dos formandos.

## 7. CONDIÇÕES DE FREQUÊNCIA DA ACÇÃO

Ser docente do ensino público ou privado com turma(s) atribuída(s)

## 8. REGIME DE AVALIAÇÃO DOS FORMANDOS

Obrigatoriedade de frequência de 2/3 das horas da formação

Construção de uma tarefa de ensino-aprendizagem-avaliação que será avaliada de acordo com critérios previamente estabelecidos.

As classificações são atribuídas na escala de 1 a 10 com a respectiva menção qualitativa, de acordo com o n.º 2 do artigo 46.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro.

Referencial da escala de avaliação

Avaliação quantitativa	Avaliação qualitativa	Créditos
de 1 a 4,9	Insuficiente	0
de 5,0 a 6,4	Regular	1
de 6,5 a 7,9	Bom	1
de 8,0 a 8,9	Muito Bom	1
de 9,0 a 10,0	Excelente	1

## 9. MODELO DE AVALIAÇÃO DA ACÇÃO

O modelo de avaliação da acção assenta na:

- avaliação pelos formandos, através da resposta a um questionário para o efeito

## 10. BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, P. (2001). *Reorganização Curricular do Ensino Básico: Princípios, Medidas e Implicações*. Lisboa: ME-DEB.
- Abrantes, P. & Araújo, F. (Orgs.), (2002). *Avaliação das aprendizagens. Das concepções às práticas*. Lisboa: DEB.
- Alaiz, V., Gonçalves, M. C. & Barbosa, J. (1997). *Implementação do modelo de avaliação no ensino básico*.

Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

- Alves, M. (2004). *Currículo e avaliação. Uma perspectiva integrada*. Porto: Porto Editora.
- Cardinet, J. (1993). *Avaliar é medir?*. Rio Tinto: Edições Asa (trabalho original publicado em francês em 1986)
- Cid, M. & Fialho, I. (2011). Critérios de avaliação. Da fundamentação à operacionalização. In I. Fialho & H. Salgueiro (Orgs). *TurmaMais e sucesso escolar. Contributos teóricos e práticos*. Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia – Universidade de Évora, pp. 109-124 (ISBN: 978-989-8339-10-2).
- Esteban, M. T. (2006). *Escola, currículo e avaliação*. São Paulo: Cortez Editora
- Fernandes, D. (2011). Avaliar Para Melhorar as Aprendizagens: Análise e Discussão de Algumas Questões Essenciais. In I. Fialho & H. Salgueiro (Orgs). *TurmaMais e sucesso escolar. Contributos teóricos e práticos*. Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia – Universidade de Évora, pp. 81-107 (ISBN: 978-989-8339-10-2).
- Hadji, C. (2003). *A avaliação, regras do jogo. Das intenções aos instrumentos*. Porto: Porto Editora.
- Leite, C. & Fernandes, P. (2002). *Avaliação das aprendizagens dos alunos*. Porto: Edições ASA.
- Lemos, V. (1988). *O critério do sucesso – Técnicas de avaliação da aprendizagem* (2.ª ed.). Lisboa: Texto Editora.
- Lemos, V.; Neves, A.; Campos, C.; Conceição, J. M. & Alaíz, V. (1993). *A nova avaliação da aprendizagem* (3.ª ed.). Lisboa: Texto Editora.
- Lewy, A. (Org.) (1979). *Avaliação de currículo*. S. Paulo: EPU. (Trabalho original em inglês publicado em 1977)
- Martins, A. (Coord.), Malaquias, I., Martins, D., Campos, A., Lopes, J., Fiúza, E., Silva, M. & Neves, M. (2002). *Livro Branco da Física e da Química*. Lisboa: Ministério da Educação, DES.
- Nova, E. V. (2001). *Avaliação dos alunos – Problemas e soluções* (2.ª ed.). Lisboa: Texto Editora.
- Pais, A. & Monteiro, M. (2002). *Avaliação – Uma prática diária* (2.ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Pinto, J. (2002). A avaliação pedagógica numa organização curricular centrada no desenvolvimento de competências. [http://www.deb.min-edu.pt/revista4/avaliacao\\_pedagogica/avalipedagogica.htm](http://www.deb.min-edu.pt/revista4/avaliacao_pedagogica/avalipedagogica.htm)
- Ribeiro, L. C. (1993). *Avaliação da aprendizagem* (4.ª ed.). Lisboa: Texto Editora.
- Ribeiro, A. C. & Ribeiro, L. C. (1990). *Planificação e avaliação do ensino-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta
- Roldão, M. C. (2003). *Gestão do currículo e avaliação de competências*. Porto: Editorial Presença.
- Santos, L. (2008). Dilemas e desafios da avaliação reguladora. Em L. Menezes, L. Santos, H. Gomes & C. Rodrigues (Eds.), *Avaliação em Matemática: Problemas e desafios*. Viseu: Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação. Santos, M. J. & Ketele, J. M. (1985). *Observar para avaliar*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Valadares, J. & Graça, M. (1998). *Avaliando para melhorar a aprendizagem*. Venda Nova – Amadora: Plátano Editora.
- Vallejo, P. M. (1979). *Manual de avaliação escolar*. Coimbra: Livraria Almedina. (Trabalho original em castelhano s/d.

Data \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_